

UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS

Termo de Referência 81/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
81/2026	153114-UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS	SILVANA CORREA PINTO	29/05/2026 14:30 (v 0.11)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	269/2026	23078.512838/2026-91

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de telefonia fixa por meio de entroncamento SIP para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD. 5 ANOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL 5 ANOS R\$
1	1	Serviço de ativação e portabilidade numérica.  Faixas: (51) 3308 0000 até (51) 3308 9999; (51) 3258-3200 até (51) 3258-3249.  Números: 0800-644-6543 e 0800-645-3308.	26085	Unid.	01	40.200,00	40.200,00
	2	Assinatura de Entroncamento Digital Bidirecional SIP  Assinatura mensal de 180 canais de Entroncamento SIP Bidirecional - Serviço de telefonia fixa com fornecimento de troncos SIP para atendimento Geral.	27731	Unid.	05	180.900,00	904.500,00

	3	Assinatura de Entroncamento Digital Bidirecional SIP  Assinatura mensal de serviço de 0800 (DDG) ILIMITADO, com fornecimento de troncos SIP com 120 (cento e vinte) canais simultâneos.	26204	Unid.	05	143.760,00	718.800,00
	Valor Total					364.860,00	1.663.500,00

Tabela 1

### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade de manter a telecomunicação ativa para a execução das atividades da UFRGS, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

### Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, conforme disciplinado no Termo de Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade, a disponibilidade e a qualidade dos serviços de telefonia fixa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), essenciais ao funcionamento das atividades acadêmicas, administrativas, assistenciais e de atendimento à sociedade.

2.2. A comunicação telefônica institucional constitui serviço crítico para a Universidade, viabilizando interações internas entre unidades acadêmicas e administrativas, atendimento ao público externo, suporte a serviços institucionais, centrais de atendimento e canais oficiais de comunicação. Eventuais falhas ou descontinuidades nesse serviço podem gerar impactos operacionais relevantes, prejuízos à prestação de serviços públicos e comprometimento da imagem institucional.

2.3. A UFRGS vem promovendo a modernização de sua infraestrutura de telefonia, com substituição gradual de soluções legadas por plataformas digitais baseadas em VoIP e entroncamento SIP. A contratação de operadora de telecomunicações para prestação de serviços de telefonia fixa por meio de entroncamento SIP permite maior integração com a rede de dados existente, melhor aproveitamento da infraestrutura institucional, racionalização dos recursos e redução de custos operacionais.

2.4. A contratação também contempla a manutenção dos serviços de chamadas locais, longa distância nacional e internacional, bem como a continuidade da operação do serviço de Discagem Direta Gratuita - DDG/0800, utilizado como canal oficial de comunicação com a sociedade.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 92969856000198-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 12/06/2025;
- III) Id do item no PCA: 1869, 1870 e 1871;
- IV) Classe/Grupo: 141;
- V) Identificador da Futura Contratação: 153114 - 269/2026.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia fixa por meio de entroncamento SIP, contemplando chamadas fixo-fixo e fixo-móvel nas modalidades local, longa distância nacional e internacional, bem como serviço de Discagem Direta Gratuita - DDG/0800.

3.1.1 A solução deverá contemplar plano de uso de voz ilimitado para as chamadas nacionais, sendo admitida a tarifação separada apenas para ligações internacionais, conforme regras comerciais e regulamentares aplicáveis. Deverá ser assegurada a manutenção da numeração atualmente utilizada pela UFRGS, inclusive por meio de portabilidade numérica, quando necessária.

3.1.2 A utilização de entroncamento SIP permite maior flexibilidade operacional, escalabilidade, integração com plataformas de telefonia IP, compatibilidade com a infraestrutura de rede existente e possibilidade de ampliação ou redução da capacidade contratada conforme a demanda institucional. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução prevê prestação continuada, monitoramento periódico, suporte técnico, manutenção da qualidade de voz, conformidade com regulamentação da Anatel e possibilidade de evolução futura da infraestrutura de comunicação institucional.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A solução deverá priorizar o uso de infraestrutura digital baseada em redes IP, reduzindo a necessidade de infraestrutura física dedicada, cabeamento específico e equipamentos legados associados a tecnologias tradicionais de telefonia.

4.1.2 A prestação do serviço por entroncamento SIP deverá favorecer o uso racional de recursos tecnológicos já existentes na UFRGS, reduzindo a necessidade de novos equipamentos físicos e contribuindo para a diminuição de resíduos eletrônicos.

4.1.3 Sempre que possível, a contratada deverá disponibilizar documentação técnica, relatórios, faturas e registros operacionais em formato eletrônico, reduzindo o uso de papel e facilitando a gestão digital do contrato.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Não se aplica a indicação de marca, fabricante ou modelo específico para o objeto da presente contratação, tendo em vista tratar-se de prestação de serviço de telefonia fixa por meio de entroncamento SIP.

4.2.1 A execução do objeto independe da adoção de equipamentos ou soluções proprietárias específicas, devendo a contratada atender aos requisitos técnicos e operacionais definidos neste Termo de Referência, em conformidade com padrões abertos de mercado, regulamentação vigente e compatibilidade com a infraestrutura da UFRGS.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.3. Na presente contratação não há vedação de utilização de marca ou produto específico para a execução do serviço contratado, desde que a solução adotada pela contratada atenda integralmente aos requisitos técnicos, operacionais, de segurança, qualidade e compatibilidade definidos neste Termo de Referência.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.4. Na presente contratação não haverá exigência de carta de solidariedade emitida por fabricante, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviço de telecomunicações por entroncamento SIP, não estando vinculado ao fornecimento de marca, equipamento ou solução proprietária específica.

#### **Subcontratação**

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a necessidade de preservar a responsabilidade integral da contratada pela ativação, portabilidade, operação, suporte, disponibilidade, qualidade e continuidade dos serviços de telefonia fixa contratados.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Vistoria**

4.7. Não há necessidade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviço de telecomunicações por entroncamento SIP, com execução predominantemente lógica, remota e integrada à infraestrutura de telefonia IP da UFRGS.

#### **Margem de Preferência**

4.8. Não se aplica margem de preferência ao objeto da presente contratação.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A prestação dos serviços de telefonia fixa por entroncamento SIP para a UFRGS, deverá observar a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: a partir da data pactuada no instrumento contratual.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A contratada deverá executar a ativação do serviço e, quando necessário, a portabilidade numérica das faixas (51) 3308-0000 até (51) 3308-9999, (51) 3258-3200 até (51) 3258-3249 e dos números 0800-644-6543 e 0800-645-3308, garantindo a manutenção da numeração atualmente utilizada pela UFRGS.

5.1.2.2. A contratada deverá disponibilizar entroncamento SIP bidirecional para atendimento geral da Universidade, com 180 canais simultâneos.

5.1.2.3. A contratada deverá disponibilizar serviço de 0800/DDG ilimitado, com fornecimento de troncos SIP com 120 canais simultâneos dedicados.

5.1.2.4. A contratada deverá garantir compatibilidade técnica com a infraestrutura de telefonia IP da UFRGS, incluindo integração com centrais IP, SBCs e demais elementos de rede utilizados pela instituição.

5.1.2.5. A contratada deverá fornecer suporte técnico para ativação, testes, homologação, operação assistida, tratamento de falhas e ajustes de configuração necessários à plena operação da solução.

5.1.2.6. O serviço deverá estar em conformidade com o protocolo SIP e padrões de mercado aplicáveis, incluindo RFC 3261 e complementares.

5.1.2.7. A contratada deverá disponibilizar relatórios de bilhetagem, consumo e acompanhamento dos serviços, quando tecnicamente aplicável.

5.1.2.8. Parâmetros mínimos de qualidade do serviço - QoS/SLA.

5.1.2.9. Para garantir a qualidade e a confiabilidade do serviço de telefonia, deverão ser observados os seguintes parâmetros mínimos:

- a) Latência: tempo de ida e volta - RTT - inferior a 100 ms;
- b) Jitter: inferior a 30 ms;
- c) Perda de pacotes: não superior a 0,5%;
- d) Disponibilidade mínima do serviço: 99,9%;
- e) MOS - Mean Opinion Score: superior a 4,3;
- f) Banda mínima por chamada simultânea: 100 Kbps, sendo 50 Kbps de envio e 50 Kbps de recepção;
- g) Suporte aos codecs G.711 e G.729, ou outros compatíveis com a infraestrutura da UFRGS, desde que preservada a qualidade do serviço;
- h) Adoção de mecanismos de segurança para proteção contra fraudes, interceptação indevida, uso não autorizado, ataques de negação de serviço e demais ameaças aplicáveis ao ambiente SIP.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Como referência operacional inicial, considerase o endereço: rua Ramiro Barcelos, nº 2574 - Campus Saúde - Porto Alegre/RS - CEP 90035-003.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: O serviço deverá permanecer disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo finais de semana e feriados, observados os parâmetros de disponibilidade estabelecidos neste Termo de Referência.

5.4. O atendimento presencial, quando necessário, deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, admitindo-se acionamento emergencial fora desse horário em caso de falha grave que comprometa a continuidade dos serviços de telefonia da UFRGS.

### **Rotinas a serem cumpridas**

5.4.1 A execução contratual observará as rotinas estabelecidas neste Termo de Referência.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Não há necessidade de fornecimento de materiais físicos específicos para a execução dos serviços, considerando que a prestação ocorrerá predominantemente por meio de infraestrutura lógica, eletrônica e de telecomunicações.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.6.1 aproximadamente 5.000 ramais internos existentes na Universidade;
- 5.6.2 necessidade inicial de 180 canais SIP simultâneos para atendimento geral;
- 5.6.3 necessidade de 120 canais SIP simultâneos dedicados ao serviço 0800/DDG;
- 5.6.4 manutenção da numeração institucional atualmente utilizada;
- 5.6.5 possibilidade de portabilidade das faixas e números indicados neste Termo de Referência;
- 5.6.6 disponibilidade contínua do serviço, 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- 5.6.7 necessidade de integração com a infraestrutura de telefonia IP existente na UFRGS;
- 5.6.8 atendimento a chamadas locais, longa distância nacional, longa distância internacional e 0800/DDG.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.7. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato deverão assegurar a continuidade dos serviços de telefonia fixa da UFRGS.

5.9. Na fase final do contrato, por se tratar de serviço de uso continuado, a contratada deverá manter a prestação regular dos serviços até que eventual nova contratada ative os serviços substitutivos e conclua a portabilidade numérica, quando aplicável.

5.10. O cancelamento dos serviços somente poderá ocorrer após comunicação formal da UFRGS à contratada, de modo a evitar descontinuidade no atendimento telefônico institucional.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações

acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da contratação.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1 ativação dos serviços contratados;

6.16.2 execução da portabilidade numérica, quando aplicável;

6.16.3 disponibilidade dos canais SIP contratados;

6.16.4 operação do serviço 0800/DDG;

6.16.5 igualdade das chamadas;

6.16.6 cumprimento dos parâmetros de latência, jitter, perda de pacotes, MOS e disponibilidade;

6.16.7 registros de chamados e tempos de atendimento;

6.16.8 eventuais falhas, interrupções ou degradações do serviço;

6.16.9 relatórios de consumo, desempenho e disponibilidade, quando disponibilizados pela contratada.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;



6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será feito com base na prestação de serviços indicada após o fechamento da fatura mensal.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### **Recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1 Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório será considerado o prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da fatura mensal, mediante verificação da execução do serviço.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal de execução.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

7.36. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

### **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.37. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.37.1 O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.37.2 A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

### **Reajuste**

7.38. As tarifas serão reajustadas conforme homologação do Poder Concedente, sendo tal reajuste de aplicação imediata e automática, devendo ser utilizado como índice de reajuste o IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) ou outro que venha a substituí-lo no setor de telecomunicações.

7.39. No reajuste será adotado o PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS do licitante vencedor, aprovado pela ANATEL, vigente na data do pedido do reajuste, devendo ser observada a adequação aos novos preços de mercado e ao limite máximo estabelecido pela ANATEL.

7.40. Caberá à CONTRATADA a iniciativa, o encargo dos cálculos e apresentação do PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS aprovado pela ANATEL.

### **Cessão de Crédito**

7.41. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.41.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.41.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.42. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas 'e' a 'h' acima, de 5% a 10% do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea 'c' acima, de 2% a 10% do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para infração descrita na alínea 'b' acima, a multa será de 1% a 5% do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea 'd', de 0,5% a 2% do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea 'a', de 0,5% a 2% do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Antes da aplicação da sanção de Advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data de sua intimação (art. 24 da Lei nº 9.784/99).

8.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.9.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.10.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.10.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.10.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.10.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.10.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.13. Fornecer Termo de Autorização, Contrato de Concessão ou documento equivalente para exploração dos Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), subscrito pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).**

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante



SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31.2 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados, de qualificação técnicooperacional, deverão demonstrar execução de parcela de maior relevância conforme definido pela contratante, correspondente ao item 3 da Tabela 01 deste Termo de Referência, e devem atender aos seguintes requisitos:

9.32.1.1. Contrato(s) que comprove(m) que a licitante tenha prestado serviços de entroncamento SIP bidirecional, com disponibilização de 60 (sessenta) canais simultâneos de voz, compatíveis com os serviços relativos ao item 03 (DDG/0800) neste Termo de Referência - TR. O número de canais simultâneos solicitados representa 50% da parcela de maior relevância;

9.32.1.2. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano de prestação dos serviços mencionados no subitem anterior, prestado(s) em período(s) ininterrupto(s).

9.32.2 Serão admitidos, para fins de comprovação do quantitativo mínimo de serviços, o somatório de diferentes atestados referentes a serviços executados de forma concomitante, desde que reste comprovada experiência mínima de 1 (um) ano de prestação contínua dos serviços.

9.32.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.40.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.40.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.40.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.40.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.40.6.1. ata de fundação;

9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 1.663.500,00 (um milhão seiscentos e sessenta e três mil e quinhentos reais)**, conforme custos apostos na Tabela 1 contida no item 1.1 acima.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS (CPD);

II) Fonte de recursos: 1000000000;

III) Programa de trabalho: 230274;

IV) Elemento de despesa: 339039; e

V) Plano interno: M20RKQ01CON.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1 Nesta contratação será utilizado contrato.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXANDRE ALBINO MARCHI

Integrante Requisitante

DANIEL OLIVEIRA HILARIO

Integrante Técnico

**SILVANA CORREA PINTO**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 14:30:17.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP153114\_000036\_2026.pdf (225.47 KB)

UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS

## Estudo Técnico Preliminar 36/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 23078.512838/2026-91

### 2. Descrição da necessidade

A presente contratação justifica-se pela necessidade estratégica de assegurar a continuidade, a disponibilidade e a qualidade dos **serviços de telefonia fixa** da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), os quais são essenciais ao pleno funcionamento das atividades acadêmicas, administrativas e de atendimento à sociedade.

A comunicação telefônica institucional constitui um serviço crítico, suportando desde interações internas entre unidades acadêmicas e administrativas até o atendimento direto ao público externo, incluindo serviços essenciais que demandam alta confiabilidade, como centrais de atendimento, unidades assistenciais e canais de suporte institucional. Eventuais descontinuidades ou degradações nesse serviço podem gerar impactos operacionais relevantes, prejuízos à prestação de serviços públicos e comprometimento da imagem institucional.

Recentemente a UFRGS migrou o serviço de telefonia que era analógica para o sistema de entroncamento SIP. Nesse contexto, faz-se necessária a contratação de uma operadora de telecomunicações que disponibilize serviços de telefonia por meio de entroncamento SIP (Session Initiation Protocol), tecnologia alinhada às melhores práticas de mercado e às diretrizes de modernização da infraestrutura de comunicação da Universidade. A solução baseada em SIP possibilita a integração eficiente com a rede de dados já existente, permitindo a convergência de serviços de voz e dados em ambiente IP, o que resulta em maior racionalização de recursos, simplificação da gestão e redução de custos operacionais.

Adicionalmente, a utilização de entroncamento SIP proporciona maior flexibilidade e escalabilidade, permitindo a expansão ou redução da capacidade de canais de voz conforme a demanda institucional, sem a necessidade de intervenções físicas complexas. Essa característica é particularmente relevante em um ambiente dinâmico e distribuído como o da UFRGS, composto por múltiplas unidades e Campi.

A contratação também contempla a manutenção dos serviços de chamadas locais, de longa distância nacional e internacional, bem como a continuidade da operação do serviço de Discagem Direta Gratuita (DDG – 0800), amplamente utilizado como canal oficial de comunicação com a sociedade. A disponibilidade desses serviços é fundamental para garantir o acesso da população aos serviços prestados pela Universidade, reforçando os princípios de transparência, acessibilidade e eficiência na administração pública.

Por fim, destaca-se que a adoção e manutenção da tecnologia de entroncamento SIP está em consonância com o processo de modernização da infraestrutura de telefonia da UFRGS, que vem promovendo a substituição gradual de soluções legadas baseadas em telefonia analógica por plataformas digitais baseadas em VoIP. Tal diretriz contribui para a sustentabilidade tecnológica da instituição, maior interoperabilidade entre sistemas e aderência às boas práticas de governança em Tecnologia da Informação e Comunicação.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação de serviços de telefonia fixa por meio de entroncamento SIP deverá atender a requisitos técnicos, operacionais e de nível de serviço que garantam a continuidade, qualidade, segurança e eficiência das comunicações institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

### Requisitos Funcionais

A solução a ser contratada deverá:

- Permitir a realização e o recebimento de chamadas telefônicas locais, de longa distância nacional e internacional;
- Suportar a operação de serviços de Discagem Direta Gratuita (DDG – 0800), com abrangência nacional;
- Possibilitar a entrega e recepção de chamadas por meio de entroncamento SIP, com compatibilidade com protocolos e padrões de mercado (RFCs aplicáveis);
- Permitir identificação de chamadas (CLI - *Calling Line Identification*) e apresentação de números institucionais;
- Assegurar suporte à portabilidade numérica, conforme regulamentação vigente;
- Permitir o encaminhamento de chamadas para múltiplos destinos, incluindo ramais internos e sistemas automatizados de atendimento (URA);
- Disponibilizar relatórios de bilhetagem detalhada (CDR), contendo informações de chamadas realizadas e recebidas.

### Requisitos Técnicos

A solução deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

- Compatibilidade com a infraestrutura de rede IP da UFRGS, incluindo integração com plataformas de telefonia IP (VoIP), SBCs e demais elementos de rede já implantados;
- Utilização do protocolo SIP conforme padrões abertos de mercado, garantindo interoperabilidade e independência tecnológica;
- Disponibilização de canais simultâneos de voz conforme demanda institucional, com possibilidade de expansão ou redução sob demanda;
- Garantia de qualidade de serviço (QoS) para tráfego de voz, com baixa latência, jitter e perda de pacotes dentro de limites aceitáveis;
- Suporte a codecs de áudio compatíveis com a infraestrutura existente;
- Implementação de mecanismos de segurança, incluindo autenticação, criptografia (quando aplicável) e proteção contra fraudes e ataques (ex.: SIP flooding, toll fraud);
- Interconexão com a rede pública de telefonia (PSTN), assegurando completamento de chamadas em nível nacional e internacional.

### Requisitos de Desempenho e Nível de Serviço (SLA)

A contratada deverá garantir:

- Disponibilidade mínima do serviço, conforme níveis acordados (recomendado  $\geq 99,5\%$  ou superior);
- Monitoramento contínuo da solução e pronta atuação em caso de falhas;
- Tempo de resposta e de solução de incidentes compatíveis com a criticidade do serviço;
- Manutenção da qualidade das chamadas, sem degradação perceptível ao usuário final;
- Suporte técnico especializado, com atendimento em regime compatível com a criticidade do serviço (preferencialmente 24x7).

### Requisitos de Gestão e Operação



A solução deverá contemplar:

- Disponibilização de interface ou portal para gestão e acompanhamento dos serviços;
- Emissão de relatórios gerenciais e operacionais, incluindo consumo, desempenho e disponibilidade;
- Suporte à gestão de capacidade e planejamento de expansão;
- Atendimento a solicitações de configuração, ajustes e suporte técnico dentro de prazos definidos;
- Disponibilização de canais formais de atendimento (central de suporte, abertura de chamados, etc.).

### Requisitos de Segurança e Conformidade

A contratada deverá:

- Garantir a confidencialidade e integridade das comunicações, quando aplicável;
- Implementar controles de segurança para prevenção de acessos não autorizados e uso indevido dos serviços;
- Assegurar conformidade com normas e boas práticas de segurança da informação aplicáveis à Administração Pública.

### Requisitos de Implantação e Transição

A contratada deverá:

- Realizar a ativação do serviço de forma planejada, minimizando impactos à operação existente;
- Garantir a continuidade dos serviços durante o processo de transição;
- Apoiar tecnicamente a integração com a infraestrutura atual da UFRGS;
- Executar, quando necessário, processos de portabilidade numérica.

Disponibilizar documentação técnica e orientações para operação da solução. Esta contratação refere-se ao serviço de telefonia fixa com entroncamento SIP para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

São normativas que disciplinam a presente contratação:

- **Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/2021:** estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- **Lei Complementar Nº 123,** de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65,** de 7 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa SEGES/ME Nº 58** de 8 de agosto de 2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- **Instrução Normativa SEGES/ME Nº 81,** de 25 de novembro de 2022 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital;
- **Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73,** de 30 de setembro de 2022 - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Decreto Nº 10.947** de 25 de janeiro de 2022: dispõe sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Decreto Nº 11.462** de 31 de março de 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços,

inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

A presente contratação deverá estar em conformidade com as seguintes normativas e legislações:

- Atender à regulamentação vigente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

São obrigações da CONTRATADA:

- Atender integralmente o previsto no item Descrição dos requisitos da contratação estabelecido neste Estudo Técnico Preliminar.

### **Da adoção do Sistema de Registros de Preços - SRP**

Quanto à adoção do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, a Lei nº 14.133/2021, em seu inc. II do art. 40, estabelece que o planejamento de compras deverá considerar o "processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente" - assim definido como o "conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras" (Decreto nº 11.462/2023, art. 2, I).

De acordo com o disposto no Decreto nº nº 11.462/2023, a utilização do Sistema de Registro de Preços enquadra-se nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração

O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

A adoção do SRP foi julgada como **não pertinente** para esta contratação, tendo em vista que se trata de contratação para atender uma necessidade específica e não frequente. A prestação dos serviços é única e imediata, não se enquadrando nas situações previstas nos incisos do supracitado Decreto.

### **Do princípio da padronização**

Nos termos da Portaria SEGES/ME Nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, que instituiu o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, a consulta realizada aos itens que compõem o Catálogo Eletrônico

de Padronização do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados> - **não** localizou item com compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho em relação ao item constante na solução pretendida.

### **Indicação de marca**

Não se aplica a indicação de marca, fabricante ou modelo específico para o objeto da presente contratação, tendo em vista que se trata da prestação de serviço de telefonia fixa por meio de entroncamento SIP.

A natureza do objeto é caracterizada como serviço contínuo de telecomunicações, cuja execução independe da adoção de equipamentos ou soluções proprietárias específicas, devendo a contratada atender aos requisitos técnicos e operacionais definidos neste instrumento, em conformidade com padrões abertos de mercado e regulamentação vigente.

Dessa forma, a não indicação de marca observa os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, ampliando a participação de potenciais fornecedores aptos a atender às especificações estabelecidas, sem restrição indevida ao caráter competitivo do certame.

Ressalta-se que eventuais equipamentos, softwares ou tecnologias utilizadas pela contratada para a prestação do serviço deverão ser compatíveis com os requisitos técnicos definidos, não sendo objeto de exigência prévia quanto a marcas ou fabricantes específicos.

### **Garantia da Contratação**

Conforme se depreende da leitura do artigo 96, da Lei 14.133/2021, a garantia contratual somente será exigida quando a complexidade do serviço e o elevado valor da contratação importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado.

No caso em tela, não há elevado risco de inadimplemento por parte da contratada, razão pela qual não haverá a exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da lei 14.133/2021.

### **Da natureza do objeto**

O objeto é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão eletrônico. Neste sentido, a fim de confirmar que os objetos são comuns, observou-se o núcleo do conceito de bem e serviço: “disponibilidade no mercado próprio; predeterminação dos atributos essenciais do objeto de forma objetiva e uniforme; desnecessidade de constar características peculiares para satisfação da Administração”.

O presente objeto possui os seguintes atributos básicos: a) trata-se de contratação habitual e rotineira da Administração Pública; b) apresenta características usuais de mercado, tendo padrões gerais de especificação; c) há possibilidade de julgamento objetivo das propostas pelo menor preço.

O objeto não corresponde à obra ou serviço de engenharia, uma vez que nas especificações do serviço demandado não são estabelecidas, por força de lei ou obrigação técnica, execução de atividades privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados.

### **Enquadramento da contratação para fins de vigência**

O objeto licitatório é enquadrado como de **fornecimento contínuo** pois a execução dos serviços é uma necessidade da UFRGS para a manutenção das suas atividades administrativas e acadêmicas, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, conforme os prazos e as hipóteses definidas em lei e mediante a assinatura de Contrato.

5. Levantamento de Mercado

Foi realizada pesquisa no âmbito de contratações públicas a fim de verificar a existência de soluções aptas em atender à necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração. Foi constatado que a solução amplamente utilizada é a licitação na modalidade pregão eletrônico.

A identificação das soluções praticadas pelo mercado que atendem aos requisitos especificados ocorrerá através da apresentação de contratações realizadas pela Administração Pública, conforme tabela a seguir:

ÓRGÃO	UASG	Nº CONTRATAÇÃO
Comando da Marinha	712050	90022/2025
Universidade Federal de São Paulo	153031	90113/2025
Universidade Federal de Minas Gerais	153258	90005/2025
Comando do Exército	160118	90007/2025

Contratações realizadas pela Administração Pública

Considerando a oportunidade de analisar as contratações realizadas pela Administração Pública, bem como de utilizar os exemplos apresentados na tabela acima como referência, verificou-se que, ao serem analisadas detalhadamente, tais contratações apresentam características distintas entre si e também em relação à realidade da Universidade. As diferenças não se restringem apenas às especificações adotadas, mas também à quantidade de linhas e número de canais simultâneos disponibilizados.

Nesse contexto, observa-se que as contratações apresentam quantitativos inferiores ao atualmente utilizados pela Universidade, não restando legítima a comparação ao caso concreto.

5.1 Levantamento de soluções

Solução 1: Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia fixa SIP;

Solução 2: Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia fixa E1.

5.2 Análise comparativa das soluções

**Solução 1:** O entroncamento SIP utiliza a infraestrutura de rede de dados, permitindo maior escalabilidade, facilidade de integração com plataformas atuais de telefonia e melhor aproveitamento dos recursos tecnológicos já existentes. Trata-se de uma solução mais flexível, moderna e compatível com o processo de evolução da telefonia, além de favorecer maior eficiência operacional e melhor gestão da capacidade contratada.

**Solução 2:** O entroncamento E1 é uma tecnologia tradicional e amplamente utilizada em centrais telefônicas legadas, porém apresenta maior rigidez para expansão, depende de infraestrutura física específica e possui menor aderência às soluções modernas baseadas em rede IP. Em cenários de atualização tecnológica, sua utilização tende a exigir maior esforço de manutenção e menor flexibilidade para adequação da capacidade contratada às necessidades reais da instituição.

### **5.3 Análise comparativa de custos das soluções**

O custo anual máximo da solução 1 é de R\$ 364.860,00 (trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta reais), e o custo total máximo estimado para a contratação, no período de cinco anos, é de R\$ 1.663.500,00 (um milhão, seiscentos e sessenta e três mil e quinhentos reais).

Em relação ao custo da solução 2, pela inexistência desse tipo de serviço na cidade de Porto Alegre, que demanda de cabeamento físico do ponto de fornecimento até a universidade, torna-se inviável realizar o levantamento do custo estimado dessa solução.

### **5.4 Justificativa da escolha da solução**

A **solução 1** foi identificada por esta equipe técnica como a que melhor atende a necessidade da demanda e atende aos requisitos da contratação, através da realização de Pregão, visando a contratação de serviços por entroncamento SIP, por oferecer maior flexibilidade, melhor integração com a infraestrutura de rede existente e maior compatibilidade com o processo de modernização da telefonia institucional. Além disso, permite expansão mais simples da capacidade, racionaliza a gestão da solução e tende a proporcionar maior eficiência operacional em comparação às tecnologias tradicionais.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia fixa por meio de entroncamento SIP.

O objeto é facilmente ofertado por diversas empresas do mercado; a escolha pode ser feita tão somente pelo preço ofertado; as especificações não necessitam de avaliação minuciosa, pois o objeto não apresenta complexidade na sua execução e têm as suas características estabelecidas de forma objetiva e padronizada.

Os serviços a serem contratados se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares em relação a área de competência legal da UFRGS. Ainda, enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

Tendo em vista a necessidade de redução de custos operacionais, bem como o perfil atual de uso da telefonia fixa, o Entroncamento SIP deve ser dimensionado de forma eficiente, observando não apenas a quantidade total de ramais existentes, mas principalmente a demanda estimada por chamadas externas simultâneas.

Atualmente, a instituição possui aproximadamente 5.000 ramais internos, distribuídos em cinco centrais telefônicas e atendidos por 360 canais SIP de voz simultâneos, além de uma central dedicada ao serviço 0800, atualmente atendida por 120 canais SIP. Contudo, o quantitativo disponibilizado no modelo atual mostra-se superior à necessidade efetiva atual da Universidade, especialmente diante da redução gradual do uso da telefonia convencional, da modernização da infraestrutura e da perspectiva de consolidação do sistema telefônico em uma única central IP.

**Definição do Índice de Simultaneidade**

Para estimar a quantidade de canais SIP necessários, considera-se o índice de simultaneidade, entendido como o percentual de usuários ou posições que efetivamente necessitam realizar ou receber chamadas externas ao mesmo tempo. No caso dos ramais internos, embora existam cerca de 5.000 ramais cadastrados, não se verifica, na prática, utilização simultânea que justifique a contratação equivalente ao parque total instalado. Além disso, parte significativa desses ramais possui perfil de uso eventual, administrativo ou residual, não demandando acesso concorrente permanente à rede pública de telefonia.

Para os ramais internos, a análise dos índices de simultaneidade demonstra que percentuais de 5%, 7,5%, 10% ou 15% sobre o universo total de aproximadamente 5.000 ramais resultariam, respectivamente, em estimativas de 250, 375, 500 e 750 canais simultâneos, quantitativos que refletem cenários teóricos de uso concorrente. Entretanto, considerando o histórico de baixo consumo da telefonia fixa na instituição, a redução gradual da utilização de ramais convencionais, a mudança no perfil de comunicação institucional e a necessidade de racionalização dos custos da contratação, entende-se que tais referenciais não precisam ser adotados de forma integral neste momento. Assim, opta-se por um quantitativo inicial de 180 canais SIP para os ramais internos, em patamar inferior aos referenciais teóricos de simultaneidade, porém mais aderente ao uso efetivo atualmente verificado, sem prejuízo à continuidade do serviço, especialmente porque o modelo de entroncamento SIP permite ampliação futura de forma simples e gradual, caso o monitoramento operacional demonstre essa necessidade.

Para o serviço 0800, mantém-se a necessidade de 120 canais SIP, considerando que esse serviço atende operação específica com até 120 atendentes simultâneos, exigindo disponibilidade integral para assegurar a plena capacidade de atendimento. Nesse caso, aplica-se índice de simultaneidade de 100%, em razão da natureza do serviço e da necessidade de evitar qualquer restrição de acesso ao público externo.

**Cálculo da Capacidade Inicial**

A necessidade de canais SIP será dimensionada da seguinte forma:

Ramais internos - 180 canais SIP

Serviço 0800 - 120 canais SIP

Total necessário: 300 canais SIP

**Conclusão da estimativa**

A adoção de 300 canais SIP, sendo 180 destinados ao tráfego telefônico institucional e 120 dedicados ao serviço 0800, representa solução tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa para a atual realidade da Universidade. O quantitativo proposto atende à demanda efetiva identificada, evita superdimensionamento da contratação e preserva a possibilidade de ampliação futura de forma gradual, conforme o acompanhamento do uso real do serviço. Assim, o modelo adotado assegura eficiência operacional, controle de custos e flexibilidade para adequação da contratação às necessidades da instituição.

Considerando o exposto acima, a tabela a seguir indica a quantidade estimada, bem como a unidade de medida para o objeto da presente contratação:

	QTDE	QTDE	Unidade
Objeto			

	ANUAL	5 ANOS	
<p>Serviço de ativação e portabilidade numérica.</p> <p>Faixas:</p> <p>(51) 3308 0000 até (51) 3308 9999; (51) 3258-3200 até (51) 3258-3249.</p> <p>Números: 0800-644-6543 e 0800-645-3308.</p>	01	01	Unidade
<p>Assinatura de Entroncamento Digital Bidirecional SIP</p> <p>Assinatura mensal de 180 canais de Entroncamento SIP Bidirecional - Serviço de telefonia fixa com fornecimento de troncos SIP para atendimento Geral</p>	01	05	Unidade
<p>Assinatura de Entroncamento Digital Bidirecional SIP</p> <p>Assinatura mensal de serviço de 0800 (DDG) ILIMITADO, com fornecimento de troncos SIP com 120 (cento e vinte) canais simultâneos.</p>	01	05	Unidade

Estimativa da quantidade

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.663.500,00

A estimativa do valor da contratação foi composta por:

- Média de orçamentos obtidos de potenciais fornecedores.

Considerando o exposto acima, a tabela a seguir demonstra os valores estimados para a presente contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD. ANUAL	QTD. 5 ANOS	VALOR TOTAL ANUAL R\$	VALOR TOTAL 5 ANOS R\$
1	<p>Serviço de ativação e portabilidade numérica.</p> <p>Faixas:</p> <p>(51) 3308 0000 até (51) 3308 9999; (51) 3258-3200 até (51) 3258-3249.</p> <p>Números: 0800-644-6543 e 0800-645-3308.</p>	26085	Unid.	01	01	40.200,00	40.200,00

2	Assinatura de Entroncamento Digital Bidirecional SIP  Assinatura mensal de 180 canais de Entroncamento SIP Bidirecional - Serviço de telefonia fixa com fornecimento de troncos SIP para atendimento Geral.	27731	Unid.	01	05	180.900,00	904.500,00
3	Assinatura de Entroncamento Digital Bidirecional SIP  Assinatura mensal de serviço de 0800 (DDG) ILIMITADO, com fornecimento de troncos SIP com 120 (cento e vinte) canais simultâneos.	26204	Unid.	01	05	143.760,00	718.800,00
Valor Total						364.860,00	1.663.500,00

Valor estimado da contratação

Considerando os fatores levantados, estima-se:

1. O valor máximo de **R\$ 40.200,00** (quarenta mil e duzentos reais) para pagamento à vista, após a conclusão do serviço;
2. O valor máximo anual de **R\$ 364.860,00** (trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta reais) relativo à prestação dos serviços dos itens 1, 2 e 3. Desse montante, o valor anual referente aos itens 2 e 3 é de **R\$ 324.660,00** (trezentos e vinte e quatro mil e seiscentos e sessenta reais) a ser pago em parcelas mensais de **R\$ 27.055,00** (vinte e sete mil e cinquenta e cinco reais); e
3. O valor total da contratação de **R\$ 1.663.500,00** (um milhão, seiscentos e sessenta e três mil e quinhentos reais), para o período de cinco anos de contratação.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto da presente contratação não deverá ser parcelado, sendo recomendada a adjudicação por grupo único, em razão da natureza técnica integrada e interdependente dos serviços que compõem a solução de telefonia baseada em entroncamento SIP.

Os itens previstos, incluindo a disponibilização dos canais de voz, a ativação do serviço, a portabilidade numérica e a operação do serviço de telefonia, constituem um conjunto indissociável, cuja execução de forma segregada pode comprometer o adequado funcionamento da solução. Destaca-se que o serviço de ativação e a portabilidade numérica estão diretamente vinculados à implantação e operação do entroncamento SIP, exigindo alinhamento técnico, operacional e de configuração entre todos os componentes envolvidos.

A eventual divisão do objeto entre múltiplos fornecedores pode acarretar riscos relevantes à Administração, tais como:

- Falhas de integração entre soluções e infraestruturas distintas;
- Dificuldades na execução e gestão da portabilidade numérica;



- Conflitos quanto à responsabilização técnica em caso de incidentes;
- Aumento do tempo de resposta na resolução de falhas;
- Prejuízos à continuidade e à qualidade do serviço prestado.

Além disso, a centralização da contratação em um único fornecedor favorece a padronização da solução, a simplificação da gestão contratual e a definição clara de responsabilidades, contribuindo para maior eficiência operacional e melhor governança do serviço.

Sob a perspectiva da vantajosidade, a adjudicação por grupo único mostra-se mais adequada, uma vez que reduz custos administrativos, minimiza riscos técnicos e assegura maior confiabilidade na prestação do serviço, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto é a alternativa mais apropriada para atender ao interesse público e garantir a adequada execução da solução contratada.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes ao objeto deste estudo técnico preliminar.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

O objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da UFRGS.

Ademais, a contratação encontra-se alinhada aos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 - 2026 PDI da UFRGS. O atendimento da demanda subsidia o alcance dos objetivos organizacionais do PDI, mais precisamente das metas de Objetivos Organizacionais, uma vez que ajudam a:

- Estabelecer um plano de comunicação interna e externa;
- Qualificar os espaços de trabalho no ambiente universitário.

Ainda, alinha-se as diretrizes estabelecidas no Plano de Gestão e Logística Sustentável da UFRGS – PLS UFRGS 2021–2026, especificamente ao seguinte objetivo do PLS da UFRGS: “Minimizar a necessidade de compras, através da aquisição via outsourcing, quando for vantajoso em termos de custo, tecnologia e eficiência”.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Garantir a continuidade da prestação do serviço de telefonia fixa da UFRGS, com substituição do contrato atual sem descontinuidade dos serviços, assegurando comunicação telefônica confiável, estável e com capacidade compatível com a demanda institucional. Pretende-se manter a operação dos números já utilizados pela Universidade, inclusive faixas DDR e números 0800.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Não há necessidade de adequação do ambiente do órgão em um primeiro momento, tendo em vista que a solução será contratada de acordo com a necessidade e demanda da Universidade.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável, devendo o órgão avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto; indicar as dimensões dessa incidência; e definir condições para sua aplicação. Para o estabelecimento dos critérios de sustentabilidade, deve-se:

- Atentar para que a contratação esteja alinhada com o disposto no Plano Diretor de Logística Sustentável da UFRGS;
- Consultar o CATMAT Sustentável e pesquisar por itens classificados e definidos com critérios de sustentabilidade e disponíveis para uso dos órgãos nas compras governamentais,
- Consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, no qual podem ser extraídos subsídios orientadores das ações de sustentabilidade pertinentes à ação, conforme o caso.
- Prever, no campo próprio do Termo de Referência critérios e práticas de sustentabilidade de caráter técnico, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

## 15. Considerações sobre a LGPD

### Considerações sobre a LGPD – Tratamento de Dados Pessoais

Em atendimento à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021, este Estudo Técnico Preliminar analisa se o objeto da contratação envolve, ou não, o tratamento de dados pessoais, com a finalidade de avaliar a necessidade de adoção de medidas de conformidade e de segurança da informação.

#### 15.1. Análise quanto à aplicação da LGPD

**Quando aplicável**, no curso da execução contratual, poderá haver coleta, armazenamento, processamento ou compartilhamento de dados que possibilitam a identificação de pessoas físicas, tais como:

- informações cadastrais (nome, CPF, RG, endereço, e-mail);
- dados profissionais, acadêmicos ou funcionais;
- dados pessoais sensíveis, nos termos do art. 5º, II, da LGPD, como informações sobre saúde, deficiência, origem étnica ou convicções religiosas.

Nessa hipótese, a Administração Pública atuará como **controladora dos dados pessoais**, e a contratada como **operadora**, devendo ambas observar os princípios da LGPD, especialmente:

- **Finalidade**, com tratamento restrito aos fins da execução contratual;
- **Necessidade**, limitando-se aos dados estritamente indispensáveis;
- **Segurança**, mediante adoção de medidas técnicas e administrativas adequadas;
- **Transparência**, garantindo informações claras aos titulares;
- **Responsabilização**, com demonstração de conformidade com a legislação vigente.

Como decorrência, **poderão ser previstas exigências contratuais**, tais como:

- indicação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO);
- apresentação de programa de governança em privacidade e plano de resposta a incidentes, nos termos do art. 50 da LGPD;
- garantia do exercício dos direitos dos titulares;
- inclusão de cláusulas específicas sobre confidencialidade, segurança da informação e responsabilidade civil.

Por outro lado, **quando não aplicável**, caso se conclua que o objeto da contratação **não envolve tratamento de dados pessoais**, ou que tal tratamento seja meramente incidental, sem identificação de pessoas físicas, entende-se que **não se aplica a LGPD de forma direta**, não sendo necessárias exigências específicas relacionadas à proteção de dados, sem prejuízo da observância geral dos deveres de segurança da informação e sigilo administrativo.

A avaliação quanto à incidência da LGPD poderá refletir, conforme o caso, em requisitos técnicos, cláusulas contratuais ou critérios específicos previstos no edital.

## 15.2. Checklist de conformidade com a LGPD

Item	Verificação	Observações
O objeto envolve tratamento de dados pessoais?	Não	Identificar claramente no ETP e utilizar Anexo I ao Contrato – “OBRIGAÇÕES REFERENTES À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, CONFORME DETERMINAÇÕES DA MGI/SGD E TCU PARA INSTRUMENTO CONTRATUAL” e Anexo do “TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO”.
Será fornecido um sistema de informação pela CONTRATADA, que permita o tratamento de dados pessoais por múltiplos usuários?	Não	Identificar claramente no ETP e utilizar ANEXO II ao Contrato - “DECLARAÇÃO SOBRE CONTROLES PARA RISCOS À PRIVACIDADE E À PROTEÇÃO DE DADOS”.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar. A EPC entende, de forma conclusiva, pela adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALEXANDRE ALBINO MARCHI**

Integrante Requisitante

**DANIEL OLIVEIRA HILARIO**

Integrante Técnico

**SILVANA CORREA PINTO**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 16:05:30.*